

6° SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

6º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-12-04-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**SAINDO DO COMA**

Filas de doentes à espera de um médico e pacientes agonizando em corredores de hospital aguardando um leito. Essas são imagens correntes quando se fala em saúde pública. Em algumas cidades brasileiras, porém, com soluções alternativas foi possível suavizar esse quadro. Nesses lugares, o cidadão recebe em sua própria casa a visita de médicos, os doentes mentais não são afastados do convívio familiar e recebem salários em razão da laborterapia. Os diversos programas alternativos desenvolvidos no País mostram que é possível oferecer qualidade nos serviços ao mesmo tempo em que se economizam recursos públicos.

Em Campinas, no interior de São Paulo, a prefeitura começa, em agosto, a atender pacientes em casa. Esse é o segundo passo de um projeto de sucesso de atendimento a doentes com dificuldades de locomoção, que há dois anos recebem periodicamente a visita de uma equipe formada por médicos, terapeutas e enfermeiros. O Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) cuida atualmente de 108 pacientes. "Não sei o que faria sem esse serviço", avalia Irene Albuquerque, filha de Maria Antonieta Nogueira, 98 anos, portadora do mal de Alzheimer, doença que afeta o sistema nervoso. Maria Antonieta passa o tempo todo na cama e desenvolveu uma enorme ferida na região lombar. Os enfermeiros do SAD fazem curativos diários na paciente. Para manter todo o programa, a prefeitura gasta R\$ 112 mil por ano, o equivalente a 0,1% do orçamento municipal destinado à saúde.

O atendimento domiciliar também vem sendo aplicado em Santos (SP). Lá, gestantes e recém-nascidos são beneficiados por um trabalho preventivo de sucesso. A mortalidade infantil caiu de 33 para 22 a cada mil nascidos, nos últimos cinco anos, graças ao Sistema de Vigilância do Recém-Nascido de Risco. Programa semelhante foi adotado em Porto Alegre (RS), onde todo recém-nascido que apresenta algum tipo de problema passa a receber visitas médicas periódicas, caso a mãe não compareça ao posto de saúde nas datas estipuladas. Na capital gaúcha, a partir deste mês, os contribuintes poderão, por telefone, agendar dia e hora para receber a visita do doutor. Os doentes mentais foram os primeiros a ser beneficiados com as formas alternativas de tratar a saúde pública. A palavra de ordem é esvaziar os sanatórios. As guias de internação emitidas pela prefeitura de Betim (MG) aos manicômios praticamente desapareceram. Em 1992, o Hospital Galba Veloso, de Belo Horizonte, registrava uma média de 52 dessas guias por

mês. Hoje, são apenas três. Os pacientes passam o dia em três Centros de Referência e à noite vão para casa. Os frutos da maior convivência social dos doentes mentais são marcantes, também em Santos. No litoral paulista, os ex-internos da Casa de Saúde Anchieta fazem a produção e locução do *Rádio Tam-Tam*, um programa que vai ao ar diariamente no Rádio Cacique. Alguns ex-internos hoje trabalham na Usina de Reciclagem de Alemoa e recebem um salário mínimo por mês. "Essa experiência permite uma redução de 40% nos gastos com a saúde", diz o secretário de Higiene e Saúde de Santos, Cláudio Maierovitch.

Mas a grande novidade prevista para o sistema de saúde pública está empacada. Trata-se do Plano de Assistência à Saúde (PAS), do prefeito. Ele quer transferir a gerência dos hospitais e postos de saúde municipais para cooperativas médicas licenciadas pela prefeitura. O problema é que o prefeito resolveu começar o projeto antes de ele ser aprovado pela Câmara de Vereadores. O resultado foi uma pendenga jurídica e a paralisação do programa, que só deverá ser votado pelos vereadores este mês. O governo estadual também patina na implantação de políticas alternativas de saúde pública. A administração do Governador está liquidando o Programa Médico de Família, implantado em 1989 pelo então secretário de saúde. "O Estado alugava uma casa onde o médico deveria morar e atender a 400 famílias daquele bairro", explica o deputado. Foram instaladas 20 unidades na capital. Hoje, restam dez. O projeto foi copiado por outros Estados e chegou a ser premiado pela ONU.

(Texto adaptado)

01. O texto focaliza:

- a) as consequências da política de saúde do governo sobre esse setor
- b) um programa de saúde alternativo que vem tratando dos doentes com qualidade
- c) os desvios de verba destinada à saúde por prefeituras do interior
- d) um programa de revitalização dos hospitais públicos através de compra de equipamentos
- e) um tratamento pioneiro para pacientes que se apresentam em estado de coma em hospitais públicos

02. Todas as afirmações abaixo, baseadas no texto, estão corretas, **exceto**:

- a) Há humanização no tratamento dos doentes mentais, por não serem privados do convívio social.
- b) Houve redução na mortalidade infantil em Santos, o que prova a efetividade e eficiência do programa.
- c) Ao contrário do que se poderia imaginar, saúde com qualidade não implica onerar os cofres públicos.
- d) O texto fala de uma situação de saúde pública que se opõe à encontrada na maioria das cidades do país.
- e) Os programas têm revelado qualidade de operação e pouca originalidade de concepção.

03. Assinale a frase que **não** está na voz passiva:

- a) O atleta foi estrondosamente aclamado.
- b) Que exercício tão fácil de ser resolvido!
- c) Fizeram-se apenas os reparos mais urgentes.
- d) Escolheu-se, infelizmente, o homem errado.
- e) Entrelharam-se agressivamente os dois competidores.

04. O pronome pessoal oblíquo átono está bem colocado em:

- a) Certos pormenores não te interessam.
- b) Queremos que todos sintam-se felizes.
- c) Me empresta o lápis?
- d) As cartas que enviaram-nos serão respondidas brevemente.
- e) Não contar-te-ei a última novidade.

05. Observe a regência dos verbos das frases reescritas nos itens a seguir:

- I - Chamaremos os inimigos de hipócritas.
Chamaremos aos inimigos de hipócritas:
- II - Informei-lhe o meu desprezo por tudo.
Informei-lhe do meu desprezo por tudo:
- III - O funcionário esqueceu o importante acontecimento. **O funcionário esqueceu-se do importante acontecimento.**

A frase reescrita está com a regência correta em:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) I e III apenas
- e) I, II e III

06. Assinale a opção em que a palavra sublinhada está mal empregada:

- a) Durma cedo, **senão** acordará tarde amanhã.
- b) **Mal** começou a chover, o barraco deslizou.
- c) Disse que **há** cinco anos ganhou na loteria.
- d) Estava **mau** informado, por isso equivocou-se.
- e) De hoje **a** dois meses pedirei novo empréstimo.

07. Assinale a alternativa que apresente um adjetivo que funcione, na frase, como advérbio:

- a) ... mais do que o rigor ou o tamanho da pena, é o **principal** fator de dissuasão.
- b) ... levou o país a abrigar a terceira **maior** população carcerária do mundo...
- c) Deve-se caminhar, **ainda**, no sentido da integração com a criação de bases de dados...
- d) Tudo isso depende, **claro**, da superação da crise orçamentária...
- e) Parte **considerável** das prisões resulta de casos de flagrante...

08. A grande novidade **apontava** os pesticidas e herbicidas químicos...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o verbo em destaque acima está na frase:

- a) Mas o marido **errou**.
- b) ... não **existia** terra suficiente para alimentar todas elas.
- c) ... com o que **cresce** em 2 mil metros quadrados...
- d) As algas se **multiplicam** a rodo...
- e) Diante disso, muitos consumidores **partiram** para uma alternativa...

09. Assinale a frase errada:

- a) A pesquisa histórica é tarefa cuja realização se deve aos grandes historiadores.
- b) O estudo das fontes históricas, o qual tanto atrai os historiadores, é tão importante quanto o da própria História.
- c) Analisou tantos fatos quantos pudessem interessar à pesquisa histórica.
- d) Às vezes, verificam-se fatos históricos que os historiadores não conseguem determinar suas causas.
- e) O modo como a pesquisa histórica evolui às vezes surpreende o próprio historiador.

10. Assinale a alternativa que apresente erro em uma das formas verbais.

- a) Se o comando reouvesse o prestígio, os criminosos desistiriam.
- b) Se os policiais requisassem maiores salários, tudo se arrumaria.
- c) Se os criminosos se acovardassem, a polícia os deteria.
- d) Se os jornais proviessem de fora, as notícias entreteriam mais.
- e) Se as autoridades quisessem, nada disso se faria.

11. As eleições são importantes, mas não **se empreste às eleições** um valor absoluto, ainda que muitos ainda **vejam as eleições** como finalidade última do processo democrático, sem falar nos que **consideram as eleições** uma aborrecida obrigação.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos destacados, respectivamente, por:

- a) se lhes empreste – as vejam – as consideram
- b) se as empresta – as vejam – lhes consideram
- c) se empreste-lhes – vejam-nas – lhes consideram
- d) se empreste a elas – lhes vejam – as consideram
- e) se lhes empreste – vejam-lhes – consideram elas

12. “... estudara toda a matéria antes de ele chegar”.

A forma verbal “estudara” pode ser adequadamente substituída por

- a) estudou.
- b) estudava.
- c) vinha estudando.
- d) havia estudado.
- e) era estudada.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

13. Em cada ida à padaria, João compra 0, 3, 6 ou 10 pães, dependendo do apetite dos membros da sua família. A indicação da compra de 0 pães acontece quando são comprados outros itens que não o pão. Depois de cinco idas à padaria, as quantidades de pães compradas por João são somadas, determinando a sua compra final. Dentre os valores abaixo, o único que pode representar a compra final de João é

- a) 37.
- b) 42.
- c) 45.
- d) 49.
- e) 53.

14. A nota de um aluno de determinada faculdade em um semestre pode ser alta, média ou baixa, conforme os critérios estabelecidos pela instituição. Todo aluno que atinge nota alta e não possui faltas sem justificativa no período recebe pontuação extra no semestre seguinte. Marcos, um aluno dessa faculdade, não recebeu a pontuação extra em janeiro de 2020. Dessa forma, Marcos, no segundo semestre de 2019, necessariamente,

- a) teve nota baixa e pelo menos uma falta sem justificativa.
- b) não teve nota alta ou teve pelo menos uma falta sem justificativa.
- c) teve nota média ou baixa e exatamente uma falta sem justificativa.

- d) não teve nota alta e teve pelo menos uma falta sem justificativa.
- e) teve nota baixa ou pelo menos uma falta sem justificativa.

15. Numa competição musical, os participantes que disputaram as quatro rodadas eram de três continentes diferentes: da Europa (um suíço, um espanhol, um alemão e um croata), da América do Sul (um brasileiro e um argentino) e da América do Norte (um americano e um canadense.) Em relação à composição das rodadas, sabe-se que:

- o croata disputou o único confronto entre cantores do mesmo continente;
- o argentino disputou contra um europeu, que não foi o suíço;
- tanto o brasileiro quanto o alemão enfrentaram cantores da América do Norte.

O cantor suíço enfrentou um adversário

- a) americano.
- b) croata.
- c) canadense.
- d) brasileiro.
- e) espanhol.

16. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lauro é médico ou Mônica não é enfermeira.
- II. Se Amauri é advogado, então Lauro não é médico.
- III. Ou Otacílio é engenheiro, ou Mônica é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lauro é médico ou Plínio é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Plínio não é arquiteto ou Mônica não é enfermeira.
- b) Mônica é enfermeira e Amauri não é advogado.
- c) Se Lauro não é médico, então Otacílio é engenheiro.

- d) Otacílio é engenheiro e Plínio não é arquiteto.
- e) Amauri é advogado ou Plínio é arquiteto

17. Uma padaria realizou uma pesquisa com 150 fregueses. A pesquisa consistiu em responder sim ou não às seguintes perguntas:

- Você gosta de pastel?
- Você gosta de coxinha?

Um total de 80 pessoas respondeu sim à primeira pergunta e 85 pessoas responderam sim à segunda. Sabendo que 23 dos entrevistados relataram não gostar de nenhum dos salgados da pesquisa, o total de pessoas que disseram gostar de ambos os salgados foi de:

- a) 35.
- b) 38.
- c) 53.
- d) 119.
- e) 142.

18. Se hoje possuo o triplo da idade do meu filho e daqui a 12 anos terei o dobro de sua idade, qual a soma da minha idade com a do meu filho hoje?

- a) 45
- b) 46
- c) 47
- d) 48
- e) 49

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. João, deficiente visual em decorrência de um acidente automobilístico, estabeleceu como "meta de ano novo" sair da casa dos pais e instalar-se em uma nova residência. Considerando a situação hipotética e as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 15.146/2015), assinale a alternativa correta:

- a) João poderá valer-se de um acompanhante, membro ou não de sua família, que, com ou sem remuneração, assistirá ou prestará cuidados básicos e essenciais no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- b) João não poderá valer-se de um profissional de apoio escolar pois é universitário e este só poderá prestar serviços a alunos do ensino fundamental e médio.
- c) Caso João decida adquirir um imóvel, oriundo de um programa habitacional público, terá garantida a reserva de, no mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais.
- d) Caso João e outras pessoas com deficiência não apresentem interesses nas unidades habitacionais reservadas por força do Estatuto, as unidades não poderão ser disponibilizadas às demais pessoas.
- e) Caso João decida adquirir um imóvel, oriundo de um programa habitacional público, terá garantida a reserva de, no mínimo 10% (dez por cento) das unidades habitacionais.

20. João ficou muito feliz com a aquisição da casa nova e, como forma de comemoração, decidiu viajar com a namorada para um resort à beira mar. O resort apresenta uma estrutura excelente para pessoas com deficiência, garantindo todos os meios de acessibilidade e dispendo de 200 dormitórios. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, o resort deverá assegurar:

- a) pelo menos, 20 unidades acessíveis.
- b) no máximo, 20 unidades acessíveis.
- c) pelo menos, 10 unidades acessíveis.
- d) pelo menos, 6 unidades acessíveis.
- e) no máximo, 10 unidades acessíveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta em relação ao princípio da tutela:

- a) permite à Administração revogar seus atos inconvenientes ou inoportunos e anular aqueles que padecem de vícios de legalidade.
- b) permite à Administração anular seus atos inconvenientes ou inoportunos e revogar aqueles que padecem de vícios de legalidade.
- c) fundamenta as relações hierárquicas existentes entre a pessoa federativa e as entidades da administração indireta.
- d) autoriza a expedição de comandos operacionais às entidades descentralizadas por parte da administração direta, ainda que inexista expressa previsão legal.
- e) confere legitimidade à supervisão ministerial exercida sobre as entidades descentralizadas.

22. Imagine que determinado tribunal de justiça promoveu concurso público destinado ao preenchimento de determinado cargo, fazendo constar 2 vagas no edital, além da formação de cadastro reserva para provimentos durante os dois anos de validade do certame. Uma vez homologado o certame, foi obtida a seguinte ordem de classificação: 1º - Huguinho; 2º - Zezinho; 3º - Luizinho; 4º - Chico Bento. Logo no início da validade do concurso, Huguinho desistiu da nomeação e, posteriormente, houve vacância em 1 cargo daquela carreira, decorrente da aposentadoria de Heitor. Nesta situação:

- a) Zezinho, Luizinho e Chico Bento possuem direito subjetivo a serem nomeados.
- b) Zezinho e Luizinho possuem direito subjetivo a serem nomeados, diferentemente de Chico Bento que possui mera expectativa.
- c) Zezinho tem direito subjetivo a ser nomeado durante o primeiro ano de validade do concurso.
- d) Luizinho e Chico Bento possuem mera expectativa de direito à nomeação.
- e) Chico Bento somente teria direito a ser nomeado, caso fosse compulsória a aposentadoria de Heitor.

23. Em relação às regras licitatórias constantes da Lei 8.666/1993, assinale a alternativa correta:

- a) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- b) Tomada de preços consiste na modalidade de licitação que ocorre apenas entre interessados devidamente cadastrados ou, também, entre aqueles que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de seis pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 dias.
- e) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.

24. Em relação à responsabilidade civil prevista no artigo 37, §6º, da Carta Magna, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) alcança pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que prestarem serviços públicos.
- b) alcança apenas as condutas do agente público agindo nesta condição.

- c) alcança atos que ensejaram danos a terceiros, sejam eles lícitos ou, até mesmo, ilícitos de agentes públicos agindo nessa condição.
- d) sempre autoriza o Estado a promover a ação de regresso contra o responsável.
- e) alcança danos provocados a terceiros que não sejam usuários dos serviços públicos.

25. No que se refere aos entendimentos doutrinários relacionados aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) são elementos de validade do ato administrativo a finalidade, forma, motivo, objeto e condição.
- b) ato de expediente é aquele praticado pela administração no uso de todas suas prerrogativas, imposto unilateralmente aos administrados.
- c) são elementos essenciais do ato administrativo as condições, termos e encargos.
- d) o ato administrativo será discricionário em casos de expressa previsão legal ou quando a lei utilizar conceitos jurídicos indeterminados.
- e) em virtude da presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos, o Judiciário pode apreciar de ofício a validade do ato.

26. São critérios que devem ser observados nos processos administrativos regidos pela Lei 9.784/1999, EXCETO:

- a) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
- b) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas aquelas previstas em lei.
- c) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- d) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação prospectiva de nova interpretação.
- e) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

27. A Lei 8.429/1992 prevê regras quanto à declaração de bens pelos agentes públicos, sobre a qual é correto afirmar que:

- a) a posse do agente público no cargo é condicionada à apresentação de declaração de bens, diferentemente do exercício do cargo.
- b) a declaração de bens do agente público limita-se a bens situados no território nacional.
- c) a declaração de bens deve ser atualizada a cada quatro anos ou, em período menor, se houver alteração significativa de seu acervo patrimonial.
- d) a declaração deve incluir até mesmo os utensílios de uso doméstico de propriedade do agente público.
- e) é prevista pena de demissão para o agente público que se recusar a prestar declaração de bens.

28. À luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta a respeito da posse no cargo:

- a) a reintegração é hipótese de provimento de cargo que independe de posse.
- b) a posse terá lugar no prazo improrrogável de trinta dias da data da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial.
- c) sujeita-se à exoneração o servidor que, uma vez nomeado, não tomar posse no prazo estabelecido.
- d) a reversão é hipótese de provimento de cargo que independe de posse.
- e) o prazo para tomar posse no cargo será de trinta dias, contados da data da desincorporação, para os nomeados que, antes de tomar posse, forem incorporados às forças armadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Historicamente, os direitos fundamentais passaram a ser garantidos nos ordenamentos jurídicos de forma gradual. Com o tempo, os estudiosos classificaram tais direitos em gerações/dimensões: tradicionalmente a 1ª geração, a 2ª geração e a 3ª geração. Esta última possui natureza supraindividual e titularidade difusa, tendo como exemplo o direito:

- a) a vida.
- b) ao meio ambiente.
- c) a propriedade.
- d) a saúde.
- e) a educação.

30. Acerca da associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal e no entendimento sumulado do STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- c) A contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo e de representação sindical de categoria profissional, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

31. Em relação às competências previstas na Constituição Federal, marque a assertiva INCORRETA:

- a) Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural
- e) Compete à União administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.

32. Compete privativamente ao Presidente da República, exceto:

- a) nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- b) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- c) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- e) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

33. Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa incorreta.

- a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- e) Os juízes possuem e garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

34. A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.
- b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.
- c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.
- d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.
- e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

35. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

- a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.
- e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

36. A Constituição Federal de 1988, quanto à estabilidade, é classificada pela doutrina como

- a) analítica, porque contém temas variados e um conjunto significativo de normas programáticas.
- b) escrita, uma vez que está organizada em um documento solene.
- c) promulgada, pelo fato de ter sido elaborada por um órgão constituinte composto de representantes do povo.
- d) rígida, porque o processo legislativo destinado a fazer a atualização de seus dispositivos é mais rigoroso do que o utilizado para alterar leis infraconstitucionais.
- e) formal, porque despreza o assunto e prima pela forma de sua elaboração.

DIREITO CIVIL

37. Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar:

- a) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- b) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.
- c) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários não poderá ser aproveitada pelos demais em nenhuma hipótese.
- d) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

38. Luiz Antônio, sentindo-se perto da morte, por meio de testamento, dispõe gratuitamente do próprio corpo em prol da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para estudos em curso médico. Excepciona porém o coração, em relação ao qual pleiteia seja enterrado no túmulo de sua família. Esse ato:

- a) não é válido, porque a disposição do próprio corpo após a morte não se encontra na discricionariedade do indivíduo, tratando-se de direito indisponível.
- b) não é válido, porque a disposição gratuita do próprio corpo só pode ter objetivo altruístico e não científico.
- c) não é válido, pois a disposição gratuita do próprio corpo, embora seja possível para fins científicos, não pode ocorrer de forma parcial, mas apenas no todo.
- d) é válido porque a disposição do próprio corpo após a morte é ato discricionário do indivíduo, para qualquer finalidade ou objetivo, gratuitamente ou não.
- e) é válido, por ter objetivo científico, ser gratuito e por não ser defesa a disposição parcial do corpo após a morte.

39. Renato, maior de 16 anos, não consegue, por causa permanente, exprimir sua vontade. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Renato:

- a) não é incapaz, absoluta ou relativamente, mas contra ele não corre a prescrição.
- b) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, mas contra ele corre a prescrição.
- c) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, não correndo contra ele a prescrição.
- d) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, mas contra ele corre a prescrição.
- e) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não correndo contra ele a prescrição.

40. Em contrato de compra e venda, as partes estipularam que o negócio somente produzirá efeito se ocorrer determinado evento futuro e incerto. Essa cláusula constitui

- a) condição resolutiva.
- b) termo suspensivo.
- c) encargo resolutivo.
- d) termo resolutivo.
- e) condição suspensiva.

41. Tatiana colocou sua casa de veraneio a venda. Gilmar se interessou pelo imóvel e foi conhecê-lo. Tatiana mostrou a casa a Gilmar, mas não o informou, propositalmente, que aos fins de semana, as pessoas utilizavam a sua rua para estacionar os carros e aproveitar o parque ecológico instalado na beira do lago que margeava a propriedade, com medo de que o interessado desistisse da compra. Gilmar, por sua vez, comprou a casa, mas ficou muito desapontado, visto que não compraria uma casa cujo fluxo de carros em frente à sua garagem ficaria comprometido aos fins de semana.

Nos termos apresentados, o negócio jurídico:

- a) é válido e eficaz, não havendo qualquer anulabilidade, tendo em vista que a situação dos carros aos fins de semana é um fato público que poderia ser descoberto por um comprador mais prudente e diligente.
- b) está eivado pelo vício do erro, podendo ser anulado no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato.
- c) está eivado pelo vício da lesão, podendo ser anulado no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- d) é nulo de pleno direito, em razão da existência de dolo positivo por parte de Tatiana, podendo ser desconstituído a qualquer tempo.
- e) está eivado pelo vício do dolo negativo, podendo ser anulado no prazo máximo de 4 (quatro) anos, contados da data da assinatura do contrato.

42. Caracteriza a responsabilidade objetiva a ausência de:

- a) culpa ou dolo do agente.
- b) ação (comissiva ou omissiva).
- c) apenas o dolo do agente.
- d) nexos de causalidade.
- e) dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. A prova testemunhal é produzida pelo interrogatório de terceiro, alheio ao processo, na qual se obtém informações acerca dos fatos. Desse modo, pode-se afirmar:

- a) Depois de apresentado o rol, a parte não poderá substituir as testemunhas ali indicadas.
- b) O juiz da causa não poderá ser arrolado como testemunha.
- c) Todas as testemunhas deverão depor na audiência de instrução e julgamento perante o juiz da causa.

d) Algumas testemunhas poderão ser inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função, a exemplo dos senadores, deputados federais, estaduais, distritais. No entanto, tal benefício não se estende aos vereadores.

e) A intimação da testemunha arrolada deverá ser realizada pelo advogado da parte e pelo juízo.

44. O Código de Processo Civil permite que a decisão judicial seja levada a protesto. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) Não é exigido o trânsito em julgado da decisão.

b) A decisão judicial poderá ser levada a protesto depois de transcorridos 10 dias de sua publicação.

c) O protesto da decisão poderá ser feito *ex officio* pelo juiz ou por ato do exequente.

d) Para efetivação do protesto da decisão, basta que o exequente apresente cópia da decisão judicial ao cartório.

e) O protesto será cancelado por determinação do juiz, a requerimento do executado, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

45. Considerando o disposto sobre a ação rescisória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A ação rescisória só poderá rescindir decisões transitadas que julguem o mérito.

b) A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

c) O Ministério Público só tem legitimidade para propor a ação rescisória quando tenha atuado como parte no processo.

d) A ação rescisória deve buscar a rescisão da decisão inteira, não podendo ser restrita a apenas 1 (um) capítulo da decisão.

e) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução devem ser rescindidos por meio de ação rescisória.

46. Considerando o disposto no Código de Processo Civil e a Teoria Geral dos Recursos, indique a alternativa correta:

a) Os recursos só apresentarão efeito suspensivo quando expressamente previsto por lei.

b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica. Quando interposto por terceiro, é presumida a possibilidade de a decisão atingir direito de que se afirme titular.

c) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

d) O Código de Processo Civil exige que a parte aceite expressamente a decisão para que não possa recorrer.

e) Não há qualquer óbice à interposição de recursos contra despachos.

47. A Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) estabelece a competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese que não será julgada ou executada nos Juizados:

a) causas cujo valor não exceda a vinte vezes salários mínimo.

b) causas cujos valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

c) a ação de despejo para uso próprio.

d) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado na Lei.

e) títulos executivos extrajudiciais de valor não excedente ao fixado na lei.

48. Com base na Lei nº 9.099/95, sobre o juiz, os conciliadores e as partes, é correto afirmar que:

- a) Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, ambos recrutados entre advogados com mais de cinco anos de experiência.
- b) Os conciliares e os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo.
- c) Não poderão ser partes nos processos que tramitam nos Juizados Especiais: o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- d) Poderão propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas e os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- e) O Ministério Público não intervirá nas causas que tramitem perante os Juizados.

DIREITO PENAL

49. Configura crime de falsidade ideológica tipificada no artigo 299 do Código Penal:

- a) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- b) atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público.
- c) falsificar, em nível material, em documento particular, declaração que dele devia constar.
- d) inserir ou fazer inserir na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;
- e) falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.

50. No que tange ao concurso de pessoas e segundo disposições preceituadas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

51. Com relação às penas privativas de liberdade tipificadas no Código Penal, é correto afirmar que:

- a) o condenado primário, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime aberto.
- b) as penas privativas de liberdade não deverão ser executadas de forma progressiva, todavia, quando possível, deverá ser analisado o mérito do condenado.
- c) no regime fechado a execução da pena se inicia em estabelecimento de segurança média, sendo possível o cumprimento em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar de acordo com o bom comportamento do reeducando.
- d) é vedado o trabalho externo do preso em cumprimento de pena no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
- e) o condenado ao regime aberto cumprirá a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

52. João, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que José escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, José é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de José não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.
- b) A conduta de José não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.
- c) A conduta de José constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.
- d) A conduta de José constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.
- e) a conduta de José não é crime, vez que agiu no exercício regular de um direito.

53. Assinale a alternativa INCORRETA. Extingue-se a punibilidade:

- a) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso
- b) pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal privada.
- c) pelo perdão judicial, concedido a critério da autoridade judicial.
- d) pela morte do agente; pela anistia, graça ou indulto.
- e) pela prescrição, decadência ou preempção;

54. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.

b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.

c) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.

d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.

e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que:

- a) não receber a denúncia ou a queixa.
- b) que pronunciar ou impronunciar o acusado.
- c) que decretar a prisão preventiva.
- d) que julgar procedente a exceção de suspeição.
- e) que absolver ou condenar o acusado.

56. No que diz respeito à citação, é certo que:

- a) No processo penal, a citação necessariamente será real, ainda que o Acusado esteja em lugar incerto e não sabido.
- b) A citação por mandado se dará por meio dos Correios.
- c) A citação por carta precatória dar-se-á quando o réu está em local conhecido, mas fora da jurisdição do juízo processante.
- d) A citação por carta rogatória ocorre quando o réu está em local incerto e não sabido.
- e) A citação por edital dar-se-á nas situações em que o réu estiver se ocultando ou dificultando a citação.

57. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (qua-tro) anos.

58. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.
- b) Apenas nos crimes que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação, inerte o Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal mediante queixa-crime.
- c) Somente nos crimes processados mediante ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido oferecer a denúncia.
- d) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública quando se dará a ação penal privada personalíssima.
- e) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

59. A autoridade policial da 24ª Delegacia de Polícia de Piedade no Rio de Janeiro, durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Francisco, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial, mas deixa de requerer expressamente, por conta própria, a decretação da prisão temporária. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decretou a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Francisco não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Francisco, ao ser constituído, deverá alegar que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Francisco é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Francisco ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que a associação criminosa não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.
- d) a decretação da prisão foi ilegal, pelo fato de ter sido decretada de ofício, já que não houve requerimento do Ministério Público.
- e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

60. A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

- a) É possível a habilitação do assistente da acusação, no curso da ação penal, até a fase de sentença.
- b) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente apenas seu cônjuge, ascendente e descendente.
- c) O assistente da acusação é admitido tanto na fase de inquérito quanto na fase de ação penal, seja nas de iniciativa pública ou privada.
- d) Em caso de concurso de pessoas, o corréu pode figurar como assistente da acusação quanto ao outro acusado, no mesmo processo.
- e) Da decisão que indefere ou admite assistente de acusação, não cabe recurso.



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-12-04-20>



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

VERIFIQUEMOS SEU E-MAIL